

## EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ANGOLA, HISTÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Augusto Tchantchalam<sup>1</sup>  
Januário Ernesto A. Domingos<sup>2</sup>  
Jose Betuel Gonçalves<sup>3</sup>  
Nelson N'ghale<sup>4</sup>  
Lourenço Ocuni Cá<sup>5</sup>

### RESUMO

Em Angola verifica-se uma vontade de encerrar o desafio da educação especial, por parte dos profissionais da área da educação cobrando do governo angolano a implementação de políticas, públicas voltadas para educação especial embora ainda haja um longo caminho a percorrer. Pode-se perceber que embora as políticas concedam direito à educação para todos, muitas são as limitações que as pessoas com deficiências têm encontrado, ainda que haja decretos presidenciais a definir os direitos dessas pessoas. Neste sentido, elaboramos este artigo com o objetivo de compreender a realidade da educação especial em Angola. Sabemos que nas últimas décadas, a educação passou por profundas modificações de reformas educativas. A metodologia caracterizou-se por uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. O resultado apontou que houve um desenvolvimento em educação inclusiva consoante o esforço do governo que implementou alguns programas de mobilização e que aproximou as pessoas com características físicas poderem estar em sala de aula pela primeira vez.

**Palavras-chave:** Angola, Educação Especial, políticas públicas

### INTRODUÇÃO

A preocupação das autoridades angolanas no que tange às questões educativas na modalidade da educação especial é oriunda desde a independência do país. Poucos anos depois da proclamação da independência, o governo angolano através do Circular nº 56/79 do

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de licenciatura em Matemática, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará. E-mail: [augustotchantchalam11@gmail.com](mailto:augustotchantchalam11@gmail.com)

<sup>2</sup> Estudante do curso de licenciatura em Matemática, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará. E-mail: [januariodomingos33@gmail.com](mailto:januariodomingos33@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante do curso de licenciatura em Matemática, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará. E-mail: [josebetuel2018@gmail.com](mailto:josebetuel2018@gmail.com)

<sup>4</sup> Estudante do curso de licenciatura em Matemática, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará. E-mail: [nelsonnghale1@gmail.com](mailto:nelsonnghale1@gmail.com)

<sup>5</sup> Orientador: Prof. Dr. da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB [ocuni@unilab.edu.br](mailto:ocuni@unilab.edu.br)

Ministério da Educação, tutelado por António Jacinto do Amaral Martins empenharam-se na criação das condições mínimas para institucionalização da modalidade de Ensino da Educação Especial.

No início dos anos de 1990 Angola em parceria com alguns países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) como Brasil e Moçambique começaram a desenvolver políticas educativas voltadas para as pessoas com deficiência, ou seja, pessoas com dificuldades de frequentar escola comum com intuito de atendê-las, satisfazendo suas necessidades no âmbito da escolaridade e diminuir a taxa de analfabetismo, que na altura era muito elevada. (CHAMBAL, RAFANTE, SELINGARDI 2015, p. 8)

De acordo com o artigo 3º desta Declaração Mundial dos Direitos Humanos, que trata sobre a universalização do acesso à educação, mecanismos básicos necessários para facilitar aprendizagem das pessoas consideradas deficientes. Após quatro anos, o documento elaborado na sequência da Conferência de Jomtien (1990), a Declaração de Salamanca (1994) aponta como um marco relevante ao se tratar questões políticas de inclusão social destinadas para as pessoas identificadas com alguma deficiência, porque destaca que o compromisso desse plano de educação para todos não exclui as minorias.-

O governo angolano elaborou um plano denominado “O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial”, que é um instrumento baseado na promoção de políticas de ações prioritárias, criando mecanismos que permitem o rápido desenvolvimento da Educação Especial. O documento possui os capítulos nomeadamente: antecedentes, contexto, análise da situação, objetivos estratégicos, estratégias de intervenção, atividades a desenvolver, custos e financiamento, gestão, monitorização e avaliação.

Apesar de alguns avanços no setor educativo, as crianças angolanas com deficiência ainda têm que enfrentar algumas dificuldades no meio social, pois ser criança em Angola é difícil por conta da pobreza que atinge alguns habitantes, e porque ainda existem preconceitos culturais, estigmas, rótulos e limitações em todo o tipo de recursos envolvendo acesso a serviços de apoio necessário à sua integração social e inclusão escolar.

## **METODOLOGIA**

De referir que qualquer trabalho científico envolve o método usado ou procedimento seguido para sua materialização. Então, nesta ótica, o nosso artigo não fugiu deste panorama. Este trabalho se baseou numa abordagem qualitativa e etnográfica que permite o desenvolvimento deste trabalho de melhor maneira para o mundo científico e seu leitores.

Portanto, trabalho foi realizado, em duas etapas sendo uma é etnográfica isto é, baseado por meio de outros artigos e outras fontes como jornais e outros meios, e também tivemos um momento em que fizemos algumas entrevistas com certas pessoas e cada um dos entrevistados deu sua opinião e outros preferiram não falar do assunto; com base nos dados coletados elaboramos este artigo.

Segundo escreveu (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 51), “eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem”. Nos permite conhecer a visão de diferentes autores envolvidos no trabalho, as suas interpretações sobre assunto. Ou seja, a leitura de diferentes artigos que tratam sobre o tema, serve como base das nossas falas. Hoje em dia todo trabalho deve ter uma base (trabalho feito e publicado).

## DESENVOLVIMENTO

Angola é um país da África Central limitado ao Norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a Leste pela Zâmbia, e a Sul pela Namíbia a Oeste pelo Oceano Atlântico. Teve a sua independência no dia 11 de novembro de 1975. Com uma população de aproximadamente 29,78 milhões de habitante (INE, 2014). Angola tem uma superfície de aproximadamente 1 246 700 km<sup>2</sup>. Um país com 18 províncias, sendo Luanda a capital de Angola.

Angola é um país que tem uma população majoritariamente composta de jovens e crianças dados constatados partir do censo realizado em 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística. Sabendo que vivemos em uma sociedade em desenvolvimento em que ser criança ou jovem, com alguma deficiência não é fácil. Geralmente em Angola, as crianças e jovens com alguma deficiência enfrentam vários preconceitos, sejam culturais, sociais ou religiosos, isso tem influenciado na sua integração na sociedade.

Apesar da paz, ainda se vive com o pensamento marcado e dilacerada pela guerra e pela escravatura do colonizador, embora haja uma evolução no modo social de ver a criança com necessidades especiais. Mas há ainda algumas crenças religiosas, mais evidentes nas zonas suburbanas e rurais, ao preconceito, violência, discriminação, negligência, exploração, marginalização ou exclusão dessas crianças e até mesmo das suas famílias.

Com a independência e a paz, o governo deseja construir uma nova Angola um país que não existe desigualdade, onde não há pobre nem rico, livre nem escravo, branco nem

negro, uma sociedade em que todos têm o direito a educação especialmente as pessoas com alguma deficiência. Pois o país, por ser membro da Assembleia Geral das Nações Unidas, Angola aderiu à Convenção sobre os Direitos da Criança no ano (1990). Onde a educação formal tornou-se um dos direitos universais da criança.

A modalidade de Educação Especial surge como proposta educativa para os cidadãos com necessidades educativas especiais (NEE), conforme veremos a citação a seguir:

De acordo com o diretor do INEE, em 2004 começou em Angola um processo de integração escolar, apenas com 4 escolas, e em 2015 eram mais de 800 estabelecimentos, em que alunos com NEE aprendem em turmas regulares. A dificuldade, causada pela crise, na aquisição de materiais escolares e a formação de professores são obstáculos a uma maior realização da inclusão (PATATA; SANCHES 2017, p. 3)

## **INCLUSÃO ESCOLAR: O DESAFIO DO MOMENTO**

De acordo com o Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE), constatou-se que o sistema educativo colonial não atendia a demanda das crianças com deficiência. Com a independência um dos principais desafios do país foi trazer o direito à educação da população especialmente as pessoas com deficiência garantindo esse direito, independentemente das diferenças.

Em 1993, surgiram as normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, onde essa norma previa que as crianças e os jovens com alguma deficiência fossem incluídas no sistema educativo Angolano, sabendo do preconceito que essas pessoas têm passado na sociedade Angola, que ainda não é uma realidade ser criança ou jovem com alguma deficiência.

Segundo uma pesquisa realizada no ano 2000 pelo (INEE), constatou-se que 34% das crianças em Angola são portadoras de alguma deficiência. Nesse contexto, foram elaborados projetos de orientação para o desenvolvimento da Educação Especial, entre os quais: a elaboração do Plano Curricular de Formação de Professores em Educação Especial, Projeto da uniformização da língua gestual Angolana; proposta de criação de salas de atendimento psicopedagógico; criação de centros de acompanhamento da aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais e a adaptação do currículo escolar, buscando adequá-lo aos alunos com as supracitadas necessidades.

Em 1979, foi implementado a Educação Especial, pelo decreto n° 56/79 de Outubro, onde foram criadas condições mínimas indispensáveis, permitindo pôr em funcionamento as escolas de Educação Especial.

## **ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ANGOLA**

Sendo Instituto Nacional para a Educação Especial como órgão encarregado que visa atender a demanda da população com necessidades educativas especiais transitórias ou permanente, deve traçar estratégias que visam melhor o atendimento da população. Entretanto é necessário que as populações no geral fiquem a par aos acontecimentos que vão ocorrendo na Educação Especial no mundo.

Por este motivo, é importante realizar uma análise da situação em que a Educação Especial em Angola se encontra para que se possa identificar os pontos fracos e fortes. Sou assim poderemos traçar metas, que visam melhor a Educação Especial em Angola.

## **PONTOS FRACOS E FORTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ANGOLA**

Após a independência Angola passou por inúmeros fatores como: A guerra civil, que foi um conflito armado que teve início no ano de 1975, logo após o país alcançar a sua independência do domínio de Portugal, a guerra teve o seu fim no ano de 2002. Isso trouxe grandes prejuízos na educação, especialmente a Educação especial, dentre elas destacaremos alguns pontos fracos que a Educação inclusiva teve que enfrentar, tais como:

- 1-Apenas um centro de diagnóstico e orientação psicopedagógico a nível do país.
- 2-Baixo número de especialista
- 3-Fraco trabalho com a família dos alunos com necessidades educativas Especiais.
- 4-Pessimas Condições das salas de aula.

Com o crescimento do país, houve-se a necessidade de se apostar na Educação incluindo a educação especial, com esse crescimento a educação especial ganhou mais visibilidade na sociedade Angola e dentre elas destacamos alguns pontos fortes tais como:

- 1-Enquadramento das ações de formação no âmbito da reforma educativa.
- 2- Lançamento do primeiro Dicionário digital de LGA.
- 3- Melhores condições para os técnicos de formação

4-Existência de vários Projetos e Programas relativamente à disseminação da LGA.

5- Em 2012 o país contou com 12 escolas especiais aproximadamente 687 salas de aula

## **IMPULSO QUE A EDUCAÇÃO ESPECIAL GANHOU**

Segundo Luciano (2018), diretor-geral do Instituto Nacional de Educação Especial, em entrevista ao jornal de Angola, disse que o governo vai criar políticas nacional que vão unificar o processo de inclusão e definir diretrizes e estratégias de ação, para que as redes de ensino que possam assegurar o direito de acesso a uma educação de qualidade para todos sem exceção.

Neste sentido podemos afirmar que a Política Nacional de Educação Especial que todos estudem nas escolas gerais, com particular destaque para os alunos que possuem alguma deficiência, esse projeto implementado pelo Governo. Esse programa tem como finalidade proporcionar maior interesse da população no que tangem a Educação especial, para tornar o ensino especial mais inclusive a nível nacional, apostando na formação de quadros e no trabalho com as famílias.

O programa terá uma duração de 3 anos contando com apoio as crianças e jovens com deficiência. Para isso o Ministério vai desenvolver, numa primeira fase, um programa para enriquecer o projeto através de formação de quadros, trabalhos com as famílias, que os filhos são discriminados, nessa fase o programa será implementado em parceria com o fundo das Nações Unidas para a infância, devem ser levados a cabo nas províncias de Benguela, Namibe, Huila, Malanje e Uige.

Na segunda fase será executada no ano de 2019, nas províncias do Cuanza-Sul, Luanda, Huambo, Cuanza-Norte, Cunene, Cabinda e Lunda-Sul. A terceira fase será em 2020, será executada nas províncias, do Bengo, Cuando Cubango, Bie e Moxico. Neste período o governo deve fazer uma avaliação global daquilo que se constatou durante os 2 anos de implementação do projeto, esse projeto terá a participação de todos os Angolanos, professores, alunos, diretores, sociedade em geral.

## **ESCOLAS**

Segundo os dados apurados realizado em 2015, pelo INEE, sobre a rede escolar indicou que atualmente existem em funcionamento 22 escolas especiais e 816 escolas comuns que oferecem modalidade de escola especial. E das 18 provinciais em Angola, apenas

Malanje, Cabinda, e Uige não possuem escolas especiais. Luanda, e Benguela são as que dispõem mais escolas especiais, contando com 3 em cada dessas localidades.

Em relação as escolas comuns, que oferecem o serviço da educação especial, o destaque recai para as províncias da Huila com 206 escolas, Benguela com 130, Moxico com 100 e Luanda com 95. No ano de 2017 foram escritos mais de 30 mil anos com necessidades educativas especiais em torno do país.

## **PROFESSORES**

Ainda há uma carência de professores contando apenas com dois mil professores do ensino geral, esses poucos professores têm encontrado dificuldades para atender a demanda população estudantil com necessidades educativas especiais, um número abaixo da média, uma vez que as turmas de alunos com dificuldades intelectuais requerem, no mínimo, dois profissionais, sendo um deles auxiliar.

Sore a situação em causa a carência de especialistas nesse domínio, fez saber que está prevista a inclusão no ensino superior de uma disciplina que fale sobre a Educação Especial, realçando que é hora do país ter cursos de educação especial a nível superior com especialidade.

Sabemos que a Educação é uma modalidade de ensino com caráter transversal à o subsistema de ensino com a missão de atender a todas as pessoas com necessidades educativas especiais, transitórias ou permanentes, com vista a facilitar a sua integração escolar e social. Em Angola tal como em outros países da África Austral, há uma tendência de se enquadrar a deficiência numa estrutura médica e de assistência social, identificando as pessoas com deficiência com diferentes dos que não têm deficiência.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ANGOLA**

Vale destacar a importância das políticas públicas criadas pelo estado, pois poderá ajudar no que tange o setor educacional inclusiva, sabemos que em outros tempos não havia esta máxima atenção a estas pessoas com caráter especial, que sofreram muito com a discriminação, preconceitos e desvalorização no seu ambiente conjugal e na sociedade em si, que sabendo das dificuldades do seu próximo em vez de ajudar ele acaba destruindo a pessoa, porque ninguém consegue viver em uma determinado lugar onde se sente desprezados, sem ter importância até no seio familiar por estas situações e por outros motivos vimos que a

angústia se apega a estas pessoas e muitos até desejaram morrer por causa de tanta humilhação.

No entanto apesar das dificuldades e lutas que ele poderá travar a cada dia, muitos não desistiram de lutar pelos seus sonhos e objetivos sabendo que não seria fácil mas acreditavam que tudo poderá mudar um dia, que suas vidas serão mudadas para sempre ou seja poder estar em grandes lugares, poder frequentar uma escola já que esta era uma das maiores lutas e sonhos de muitos poderem estar assentados e apreenderem a ler e a escreverem. Demorou mais chegou já na década de 1990 conforme os autores Chambal; Rafante; Selingardi (2015) citaram em um dos seus artigos publicados:

A partir da década de 1990, como aconteceu em diferentes contextos, países como Angola, Brasil e Moçambique, iniciam a implementação de políticas inclusivas destinadas à Educação Especial, tendo por base, pressupostos internacionais de defesa dos direitos educacionais dos deficientes, previstos na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), elaborada na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, promovida pelas agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (p. 8)

E aconteceu que nesta mesma conferência foram implementadas algumas diretrizes como leis e Direitos que poderão defender a causa da discriminação e o preconceito por meio destas pessoas em regime de caráter especial sofrem, conforme vamos poder observar na citação a seguir:

Conforme o artigo 3º desta Declaração, que trata da universalização do acesso à educação e a promoção da equidade, as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiências requerem atenção especial. Elaborada na sequência da Conferência de Jomtien (1990), a Declaração de Salamanca (1994) é um marco ao se discutir políticas de inclusão social para as pessoas com deficiência, pois destaca que o compromisso de educação para todos inclui as pessoas com necessidades educativas especiais. (CHAMBAL, RAFANTE, SELINGARDI 2015, p. 8)

Então podemos ver nas citações a cima que quão importância foi a realização desta conferência porque países como Angola, Brasil e Moçambique, poderão captar as normas e as ordens que lhe foram dirigidas para que eles pudessem as criar as suas normas e implementarem políticas educacionais inclusivas para dar um novo avanço no setor da educação, porque toda a pessoa em regime especial já poderá frequentar a escola e estudar com outras pessoas e sem poder ter mais aquela separação que existia antes, sendo assim os governantes dos três países tiveram que participar de um novo encontro conforme vamos ver na citação abaixo:

Os governos de Angola, Brasil e Moçambique assumiram as orientações publicadas na Declaração de Salamanca na década de 1990 e, na década seguinte, ratificaram a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007), desdobrando-se em políticas públicas na área da educação especial nos três países. (CHAMBAL, RAFANTE, SELINGARDI 2015, p. 8).

Portanto podemos ver que toda pessoa com deficiência tem os mesmos direitos, com a pessoa normal e o estado Angolano por meios das identidades máximas no ramo da educação foram desenvolvendo alguns programas no setor especial com a finalidade de ajudar a difundir o ensino da educação inclusiva no País conforme a citação a baixo.

Seguindo a linha da Declaração de Salamanca, o governo angolano criou, pelo Decreto Lei n.º7, de 2003, o Instituto Nacional para Educação Especial (INEE), que veio reforçar as ações de difusão das políticas educacionais inclusivas e do atendimento de educação especializado das crianças com necessidades educativas especiais nas Escolas do ensino regular em salas especiais e salas integradas. (CHAMBAL, RAFANTE, SELINGARDI 2015, p. 13).

Criaram primeiramente as condições de enviar alguns profissionais no exterior do país para terem uma formação específica no ramo da educação especial, embora sendo poucos na primeira fase mais quando regressaram já puderam lecionar e ajudaram a formar novos profissionais na área de educação especial, e puderam suprir algumas necessidades, e na construção de algumas salas de aulas.

E ao decorrer do tempo as políticas educacionais no regime especial foram também postas na agenda do das políticas públicas do país, onde foram criadas algumas diretrizes como decretos presidenciais para ajudar na emancipação da educação especial, leis e artigos foram postas na constituição geral da Republica de Angola, que ajudaram bastante para o desenvolvimento no setor educacional, sabemos que as leis regem um determinado país e devem ser cumpridas onde citaremos algumas leis juntamente com seus artigos como:

VII. Decreto Presidencial n.º 237/11, de 30 de agosto aprova A Política para a Pessoa com Deficiência;

VIII. Decreto Presidencial n.º 238/11, de 30 de agosto aprova a Estratégia de Proteção à Pessoa com Deficiência;

XIV. Lei n.º17/16 de 07 de outubro de 2016, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino.- Revoga a Lei n.º13/01, de 31 de dezembro e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei;

Decreto Presidencial nº20/11 de 18 de janeiro que aprova o Estatuto da Modalidade de Educação Especial onde no artigo 2º postula o seguinte: “A educação especial tem como objeto social atender, orientar, acompanhar, formar e apoiar a inclusão socioeducativa e familiar das crianças, jovens e adultos, com necessidades educativas especiais”.

Decreto Presidencial nº312/14 de 24 de novembro que cria o Instituto Nacional de Educação Especial e aprova o seu Estatuto Orgânico. Redefine e acrescenta assim um conjunto de atribuições que já constavam do Decreto-Lei nº7/03; Artigo 23º (1-3).

Quadro nº 2. 9 - Artigos do Decreto Presidencial nº 312/14 de 24 de novembro.

Então podemos constatar que foram criadas tantas leis políticas e decretos presidenciais foram inscritos com o objetivo da defesa dos direitos humanos de pessoas com deficiências físicas e que por muito tempo sofreram muito com os preconceitos e discriminação por sua pessoa, na sociedade ou no seu seio familiar. Então esta política tem objetivos gerais como expandir esta modalidade no território todo do país, e ajudar com que as deficientes se sintam em segurança no seu conviver dia a dia, e tem como objetivo específico trazer juntamente a familiar a fazer parte desta jornada que por muitas das vezes eles são as principais vítimas sobre estas pessoas. E porem eles aprendem que devem primeiramente ser a motivação nas suas vidas, amar mais e não desprezar porque não foram eles que escolheram serem assim, mas é um fenômeno que não tem explicação, e levar eles a terem uma visão mais ampla ou seja que estudam até atingir o nível mais alto da formação.

Enfim, podemos ver que algumas políticas educacionais foram implementadas, com a finalidade de defender os direitos das pessoas com deficiências, e que elas possam frequentar normalmente as escolas com outras pessoas em regime normal, foi louvável esta iniciativa mas faltou algo muito fundamental que que é a criação de políticas de emprego para estas mesmas pessoas, porque é muito triste que se vê ainda no país embora que teve a baixa considerável na tendência do preconceito, hoje ainda vimos alguns irmãos tendo muita dificuldade de arranjar um emprego muitos deles são rejeitado, através das suas condições físicas. Já vi tantos concursos públicos lançado, mas muitas das vezes não constam vagas reservadas e específico para estas pessoas em regime especial.

Dando exemplo de um país no caso do Brasil sempre que lançam um edital ou um concurso público de trabalho, tem sempre vagas reservadas específicas para as pessoas do gênero especial, são políticas que foram criadas pelo estado, porque nem todos os deficientes tem as condições de concorrem com as pessoas normais, porém é isso que falta ser

implementado nas políticas de emprego em Angola, para não termos pessoas se formando se sacrificando mas no final não conseguir ter um lugar para poder trabalhar, e é muito frustrante.

Em suma podemos concluir que as políticas públicas criadas pelo estado executivo, veio proporcionar mais vida e qualidade no setor da educação especial, através dos decretos leis e artigos que ajudam a reger este setor, e acabando assim com a discriminação e a desvalorização de pessoas deficientes, mas porem eles já tem as leis que protegem e toda pessoa tem os mesmos direito com pessoas de regime normal, poderão já frequentar a mesmas salas de aulas, dependendo da situação de cada um, e o apoio a família para ajudar a motivar os seus filhos a não desistirem ou deixar de lutar dos seus sonhos através da deficiência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As últimas décadas em Angola, foram marcadas pelo debate acerca da inclusão de alunos com deficiência no sistema de Ensino comum, estabelecendo como fundamental a universalização do acesso à educação. Com esta luta foram alcançados espaço no mundo e na sociedade, com as políticas públicas criadas, e programa que visam unificar o ensino especial em Angola. Constatou-se um resultado satisfatório, maior acesso à educação, especialmente a Educação Especial. Com o aumento de escolas especiais em diversas províncias do país, no lançamento do primeiro dicionário digital de LGA.

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados deverão ser criativas, inovadoras e éticas, de maneira a corroborar com as instruções de pesquisa científicas do país. Levando em consideração a referencia a autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Reforma Educativa em curso em Angola impõe ao sistema de ensino os desafios e ofertas educativas pública de qualidade para todos, rumo a uma sociedade democrática, justa, que reconhece e valoriza a diversidade.

No entanto podemos observar os ganhos que a independência trouxe para a sociedade Angolana, com destaque no setor educacional, que teve um desenvolvimento significativo e com o acesso livre para se estudar, principalmente a educação especial que depois da participação do governo Angolano na Assembleia Geral das Nações Unidas, Angola aderiu à Convenção sobre os Direitos da Criança no ano (1990). Onde a educação formal tornou-se um dos direitos universal da criança, ou seja, toda pessoa dependendo do seu caráter físico e sem discriminação. Graças ao desempenho do governo, e a contribuição da sociedade

Angola, a Educação Especial foi ganhando mais dinamismo no mundo e em África. Mostramos por intermédio de fontes bibliográficas a situação da educação especial em Angolas. O prestígio que Angola alcançou para que as pessoas com alguma deficiência tenham o direito a educação. Sabemos que é na educação que tudo começa e tudo se prepara, é com a educação que se ganha consciência de que, a educação é sempre inacabada, com a educação seremos capazes de mudar o mundo. Com iniciativas criada pelo governo, criando políticas públicas e programas que possam facilitar a inserção social das pessoas com alguma deficiência na sociedade Angolana.

Neste sentido, o sistema Educativo em Angola, procura consolidar políticas educativa, tornando a escola aberta a todos, livre de discriminação, respeito, nas diferenças e na solidariedade. O Ministério da Educação de Angola tem assumido, nacional e internacionalmente impulsionando a transformação do sistema educativo para que a educação inclusiva, abranjam em todas as províncias do país

## **REFERÊNCIAS**

CHAMBAL, Luís Alfredo et al. A educação especial em Angola, Moçambique e Brasil: marcos históricos e a política de educação inclusiva das agências multilaterais: Breve perfil histórico e social dos países envolvidos, **A Educação Especial em Angola, Moçambique e Brasil: Marcos Históricos e A Política de Educação Inclusiva das Agências Multilaterais**, Sorocaba- São Paulo, v. 1, n. 2, p.7-23, 25 out. 2015.

Angola /Ministério da Educação Diagnóstico do Sistema Educativo, Ensino Geral, Projeto DNA/Luanda 1991.

ANGOLA. Ministério de Educação. Decreto-lei no 7/03. Instituto Nacional para Educação Especial. Luanda, 2003.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Política Educacional Angolana: Organização, Desenvolvimento e Perspectivas**. 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia e Educação. Universidade de São Paulo Faculdade de Educação, São Paulo, 2006.

PADRE, Damiano Salei. **Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Educacional em Angola: O agendamento**. 2016. 70 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016

Disponível em:<[http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/ensino especial ganha novo impulso a partir deste ano](http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/ensino%20especial%20ganha%20novo%20impulso%20a%20partir%20deste%20ano)>. Acesso em: 23 de julho de 2019